

## Diplomata quer colaboração federativa

A adoção do federalismo cooperativo em que haja abertura para colaboração entre os poderes, quer como transferência ou arrecadação a custo zero para os estados e municípios, é a sugestão do diplomata Raphael Valentino Sobrinho, feita ontem no seminário "Constituinte, Estado e Sociedade", promovido pela Fundação Petrônio Portela, em sessão presidida pelo ministro Celso Furtado, da Cultura e aberta pelo ministro da justiça, Paulo Brossard. A sessão contou ainda, com a presença do senador Afonso Arinos. O tema em discussão foi "Economia e Sociedade na Constituição".

Afirma Raphael Valentino que o importante, em termos da nova Constituição, é que se encontre esquemas operacionais de colaboração federativa sem fórmulas cristalizadoras, passando-se da "Idade de Keynes" à "de Schumpeter". Keynes alertou para o problema do desemprego, enquanto Schumpeter introduziu o conceito da "destruição criadora". A economia, no entender do ministro Raphael Valentino é "a filha mais nova das constituições", e procura seu lugar ao lado das liberdades clássicas — emprego, educação, habitação, alimentação, infraestrutura urbana condigna, assistência médica e informação social.

O seminário aberto ontem teve em sua sessão, além das discussões sobre "Economia e Sociedade", outra em torno das opções democráticas e regimes de governo. No primeiro painel, funcionaram como debatedores Alberto Venâncio Filho, do Conselho de Administração da Fundação Petrônio Portela, e o professor de Economia da USP, Carlos Alberto Longo. O tema "Regimes de governo" foi exposto pelo professor Raul Machado Horta, tendo como debatedor o constituinte Fernando Henrique Cardoso e o jornalista Carlos Catello Branco.

A programação de hoje, encerrando o seminário, prevê debates sobre o "Poder Judiciário na Constituinte" e "Representação Política, Tecnoocracia e Democracia". Participarão ministro Luiz Raphael Mayer, o presidente da FPP, José E. Mindlin, além do jurista Miguel Reale e José Ignácio Botelho Mesquita, Roberto Rosas, Wanderley Guilherme dos Santos, Aspásia Camargo e Carlos Chagas.

A realização do seminário, segundo o presidente da FPP, integra uma de suas prioridades maiores: organizar uma contribuição doutrinária à Constituinte, reunindo dados e idéias além de promover debates em plano nacional. Com ele, a fundação espera estar lançando "a semente multiplicadora do diálogo social como pressuposto da construção do sistema democrático, fiel ao espírito dos ideais que lhe inspiraram a criação e à lei que a constituiu".

## Municipalistas entregam Carta

A Associação Municipalista do Brasil irá fazer lobby na Constituinte através da Comissão de Fiscalização dos Interesses dos Municípios na Constituinte que foi criada ontem no encerramento do 2º Congresso Municipalista, no Centro de Convenções. A comissão é composta de um representante de cada Estado e irá atuar "até a promulgação da nova Constituição", conforme anunciou o presidente Grênivel Moura.

Segundo Grênivel Moura, cerca de duas mil pessoas, entre prefeitos, vereadores, deputados, lideranças comunitárias e sindicalistas, discutiram os problemas dos municípios brasileiros. As propostas para a Constituinte estão sintetizadas na Carta Municipalista de Brasília entregue ontem mesmo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e que coloca como prioridade o fortalecimento dos municípios.

Na opinião de Grênivel Moura, presidente da comissão de fiscalização e secretário da Associação Municipalista do Brasil, a implantação de um plano efe-

tivo de reforma agrária é um dos pontos mais importantes "que exigimos" para se evitar o êxodo rural que é a razão das favelas e cinturões de miséria das grandes cidades".

A Carta Municipalista de Brasília exige, também, que na Constituição fique estabelecida a independência do poder legislativo municipal através da edição de cartas próprias, das câmaras municipais para elaboração de seu orçamento, imunidade parlamentar para vereadores assim como melhoria dos subsídios e extinção do decreto-lei por considerarem uma arbitrariedade do Executivo.

### DIRETAS

Na reunião de encerramento do 2º Congresso Municipalista ontem, foi feito um plebiscito entre os participantes sobre o mandato do presidente José Sarney. Das cerca de 2 mil pessoas que participaram do encontro apenas 200 depositaram seus votos na urna. 125 pediram diretas em 1988, 70 aprovaram um mandato de 6 anos e cinco pessoas optaram por um governo de cinco anos para Sarney.



O ministro Sydney Sanches (E) é contra o Tribunal Constitucional

## SUPREMO PEDE VOTO DO CONGRESSO

A aprovação dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Congresso foi defendida ontem, perante a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, pelo ministro Sydney Sanches, membro do STF. A medida proporcionaria, no seu entender, um certo respaldo popular aos integrantes daquela Corte.

Em seu depoimento à Comissão, o ministro rejeitou a idéia de criação de um Tribunal Constitucional. Para ele, o julgamento das ações de inconstitucionalidade deve permanecer como competência do STF, embora

defenda a ampliação da iniciativa de tais ações, atualmente restritas à Procuradoria-Geral da República.

### CONTROLE

Sydney Sanches também combateu a tese da Submissão do Poder Judiciário a controles externos da sociedade. Na opinião dele, isto poderia prejudicar a própria independência dos magistrados, cuja disciplina deve ser assegurada através de mecanismos internos de fiscalização.

A eliminação dos privi-

légios atualmente conferidos aos magistrados, entre os quais a isenção do Imposto de Renda, foi outra medida pregada pelo ministro do STF. Da mesma forma, ele defendeu a autonomia financeira e política do Ministério Público, cujos membros devem gozar das mesmas garantias conferidas aos juizes.

Com o objetivo de minimizar a influência externa na atuação da Polícia Judiciária, Sanches apresentou uma série de sugestões, entre as quais a inamovibilidade dos delegados.

## Cooperativas ampliam lobby

A cada dia o lobby da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) se torna mais forte junto aos parlamentares — ao ponto de já ter como seus aliados 131 dos 546 constituintes — para aprovarem leis que fortaleçam e proporcionem expansão do setor cooperativo no Brasil. A OCB quer para as cooperativas: acesso aos incentivos fiscais, liberdade de constituição, atuação em todos os ramos, livre administração, autocontrole e formação de seu órgão de representação legal, que terá função delegada de arrecadar contribuição para o custeio de seus serviços.

Outros dois artigos que a OCB quer ver incluídos na Constituição: "O poder público fomentará e apoiará as atividades das cooperativas e o ensino do cooperativismo" e "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tributos sobre o ato cooperativo, assim considerado aquele praticado entre o associado e a cooperativa ou entre

cooperativa associadas, na realização de serviços, operações ou atividades que constituem o objeto social".

Terça-feira, a OCB promoveu um jantar na churrascaria do Rodeio, em Brasília, onde compareceram os presidentes de suas regionais do RS, SC, PR, SP, MS, GO, MG, MT, ES, BA, SE e RJ e 30 constituintes, dentre eles os senadores Gerson Camata, Mansueto de Lavor, Mauro Borges, Alfredo Campos e Íram Saraiva e os deputados Ivo Vanderlindo, Jorge Viana, Victor Faccioni, Alyson Paulinelli, Amauri Muller, Roberto Freire e Arnaldo Prieto. O deputado Victor Faccioni lembrou que o lobby da OCB no Congresso precisa ser mais agressivo. "Esta é uma causa importante para quem produz e consome. Vamos fazer do cooperativismo um grande marco da Constituinte". O senador pernambucano Mansueto de Lavor disse que o cooperativismo brasileiro tem agora seu momento impar.